Cultura popular, patrimônio cultural imaterial e saber-fazer feminino: análise sobre as monografias no prêmio Silvio Romero-IPHAN (1960-2014)

Popular culture, intangible cultural heritage and female know-how: analysis of monographs at the Silvio Romero-IPHAN award (1960-2014)

Jaqueline Zarbato

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil jaqueline.zarbato@gmail.com

Data de Submissão: 09/12/2020 Data de Aprovação: 05/05/2021



Resumo

O presente artigo pretende analisar as concepções sobre patrimônio cultural imaterial com a contribuição da cultura popular e dos saberes das mulheres nas monografias que foram enviadas ao prêmio Silvio Romero-IPHAN. Esse prêmio foi instaurado na década de 1960, como uma maneira de valorizar as ações em torno do folclore, cultura e preservação dos bens patrimoniais. Assim, se insere as monografias que foram selecionadas como vencedoras ou que receberam menção honrosa, traçando um panorama sobre os estudos que versam sobre o patrimônio imaterial, cultura popular e saberes das mulheres, uma vez que se concebe como fundamental na investigação histórica. Os referenciais teóricos e metodológicos se estruturam pelos conceitos de cultural popular, patrimônio imaterial, saber feminino e diálogos interdisciplinares, pois os estudos são de várias áreas de conhecimento. Situando as principais áreas de conhecimento das monografias selecionadas. Com isso, pretende-se perceber a pertinência e importância histórica dessa da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a socialização das pesquisas realizadas no Brasil.

Palavras-chave: Prêmio Silvio Romero, cultura popular, patrimônio imaterial, saberes de mulheres.

Abstract

This article intends to analyze the conceptions about intangible cultural heritage with the contribution of popular culture and women's knowledge in the monographs that were sent to the Silvio Romero-IPHAN award. This award was introduced in the 1960s, as a way of valuing actions around folklore, culture and preservation of heritage assets. Thus, it is inserted the monographs that were selected as winners or that received honorable mention, tracing an overview of the studies that deal with the intangible heritage, popular culture and women's knowledge, since it is conceived as fundamental in historical research. Theoretical and methodological references are structured by the concepts of popular culture, immaterial heritage, female knowledge and interdisciplinary dialogues, as studies are from various areas of knowledge. Situating the main areas of knowledge of the selected monographs. With this, we intend to realize the pertinence and historical importance of this action by the National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan) for the socialization of research carried out in Brazil.

Keywords: Silvio Romero Award, popular culture, intangible heritage, women's knowledge.

1. Perscrutando os caminhos do patrimônio imaterial

O processo de patrimonialização no Brasil passou por diversas fases, que foram sendo inseridas principalmente pelo Sistema do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), apoiado nas ideias no Movimento Modernista, no ano de 1937. E na contemporaneidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é responsável pela inserção dos processos de tombamento, revitalização, capacitação, preservação dos bens E patrimoniais. que insere alguns encaminhamentos para preservação do bem patrimonial e sua região, o que se entrelaça com a estudo regional, pois assim, podemos estudar o contexto histórico de determinado espaco representatividade patrimonial.

De acordo com o IPHAN, a patrimonialização das culturas tem como preocupação assegurar que os conhecimentos culturais de um grupo ou comunidade sejam transmitidos de geração em geração, constantemente recriados por essas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Porém, há em cada região uma complexa rede de questões a serem analisadas, as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio que seja identificado pela sociedade.

Funari e Pelegrini (2006, p.20-21) apontam que a ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Alguns exemplos extremos mostram como mesmo os vestígios mais distantes, no tempo e no espaço, podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade.

Sendo assim, o processo de conhecimento

histórico e de preservação dos bens patrimoniais imateriais torna-se mais intenso a partir do ano 2000 no Brasil, com o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das às práticas e interações da sociedade.

Segundo os documentos do IPHAN, no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à investigação. Ainda segundo os documentos do IPHAN que regulamentam o patrimônio cultural imaterial, apontam que entre as atribuições do Programa Nacional Patrimônio Imaterial (PNPI) está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Outros objetivos são a captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Patrimônio Cultural brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

Nas diretrizes da política de apoio e fomento do

PNPI estão previstas a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial, e medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.

A promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais deve ocorrer por meio do apoio às condições materiais que propiciam a existência desses bens e pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação, e com a criação de mecanismos de proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco. (IPHAN,2000)

Na Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural imaterial, em Paris, em 17 de outubro de 2003, foi estabelecido o conceito de patrimônio cultural imaterial e por este entende-se "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas- a par dos instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados- que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Esse patrimônio cultural imaterial, que se geração em transmite geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos, com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e ainda com o desenvolvimento sustentável. 2. O "patrimônio cultural imaterial", conforme supramencionado, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. Entre os bens patrimoniais imateriais registrados no Brasil, há as descrições no Livro de Registro dos Saberes, Livro de registro de celebrações, Livro de Registro dos Lugares.

Como ações que visam a preservação e salvaguarda, o IPHAN determina que as diretrizes têm como pilares a documentação e a produção de conhecimento que abordam o patrimônio cultural no contexto social e territorial onde se desenvolve, contemplando as condições sociais, materiais e ambientais que permitem sua manutenção e reprodução. diretriz propõe primeira investir, prioritariamente, em mapeamento, inventário, documentação e no reconhecimento da diversidade de expressões culturais existentes no território nacional; a segunda busca melhorar as condições sociais, materiais e ambientais que promovem a continuidade desses bens culturais; e a terceira trata do desenvolvimento das bases conceituais. técnicas e administrativas necessárias ao trabalho de salvaguarda, ou seja, investimento na capacitação de estruturas institucionais.

Percebe-se a valorização dos processos históricos de transmissão de conhecimento e valores culturais que envolvem diferentes grupos sociais. E no caso das mulheres, temse historicamente a contribuição de benzedeiras, floristas, artesãs, líderes de comunidades, indígenas e seus saberes que podem ser repassados entre as gerações a partir de diálogos, de exposições, de transmissão dos conhecimentos. Enfim, temse uma profusão de saberes que circundam e se inscrevem no cotidiano da sociedade, que

merecem ser publicizados e valorizados.

Nesse sentido, problematizar o patrimônio imaterial, segundo Gonçalves (2003, p. 24) é pensar "a categoria patrimônio, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas". O patrimônio imaterial reforça que "nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc"

No texto da UNESCO (2003, p.04), apresenta que "patrimônio cultural imaterial" congrega as representações, práticas. expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, vivenciado nas comunidades e grupos em função da interação com a natureza e da sua história, contribuindo com um para a construção do sentimento de identidade e de continuidade que pode promover o respeito à diversidade cultural.

Entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas "formas de criar, fazer e viver" (Constituição Federal de 1988, art. 216) . A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas,

como comprova o texto produzido pelo IPHAN. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência. (IPHAN, 2008). Assim, as pessoas de cada grupo social compartilham histórias e memórias coletivas, visões de mundo e modos de organização social próprios. Ou seja, as pessoas estão ligadas por um passado comum, pela mesma língua, por costumes crenças e saberes comuns, coletivamente partilhados. A cultura e a memória são elementos que fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum. Nesse sentido, pode- se falar da identidade cultural de um grupo social. O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos, que se encontram conectados à história, à memória e identidade desse povo.

A categoria de patrimônio cultural imaterial levanta a questão de saber que se trata apenas de uma nova categoria de patrimônio ou de um regime de patrimonialização diferente, ou seja, de uma forma diferente. específico para produzir patrimônio. E por essa perspectiva merece ser alvo de investigação, de construção de estudos e de literatura historiográfica, para a discussão no seio da comunidade científica.

2.Prêmio Silvio Romero: caminhos históricos e antropológicos.

O prêmio Silvio Romero foi criado em 1959, tendo como objetivo "o intuito de estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore brasileiro e da cultura popular" (IPHAN, 2020, p 08). A proposição do prêmio visava homenagear

Silvio Romero e também cultivar as ações com o patrimônio culturais no Brasil. Já na sua identificação como um prêmio, destacou a importância da manutenção das culturas envolvidas no processo de patrimonialização. Em destaque na organização do prêmio foi

definido que as "monografias concorrentes deverão demonstrar contribuição aprofundamento e renovação dos estudos de folclore e cultura popular; originalidade no tema abordagem; domínio de bibliografia especializada; consistência na argumentação e clareza na apresentação dos resultados, entre outras características" (IPHAN, 2020, p. 01). É importante situar que Silvio Romero teve uma expressiva contribuição ao campo da cultura popular no Brasil. Nascido em Sergipe em 1851, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero foi um crítico literário, ensaísta, poeta, filósofo, professor e político brasileiro. Cursou a Faculdade de Direito do Recife e, na década de 1870 colaborou, como crítico literário, em vários periódicos pernambucanos e cariocas. Umas das contribuições no âmbito do folclore brasileiro, foram as produções sobre "o elemento popular na literatura do Brasil e Cantos populares do Brasil". Em 1891 produziu artigos sobre ensino para o jornal carioca Diário de Notícias, dirigido por Rui Barbosa.

Após isto, compareceu à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa. Os registros de sua contribuição para as pesquisas, ensaios e produção sobre a cultura popular, folclore e manifestações artísticas e literárias contribuem para o fortalecimento das ações de manutenção das matrizes culturais do Brasil. O seu trabalho como ensaísta, legou as leituras de poesias, com enfoque crítico, através por exemplo, da atuação jornalística na pernambucana, publicando imprensa monografia "A poesia contemporânea e a sua intuição naturalista". Como ensaísta e crítico, ora como poeta, mantem ainda a colaboração, ora, nas folhas recifenses, entre elas "A Crença" - que ele próprio dirigia juntamente com Celso de Magalhães- o "Americano", o "Correio de Pernambucano", o "Diário de Pernambuco", o "Movimento", o "Jornal do Recife", "A República" e "O Liberal". No

governo de Campos Sales, foi deputado provincial e depois federal pelo Estado de Sergipe.

Sílvio Romero foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico das obras sobre folclore. O seu trabalho, enquanto investigador, baseava-se nas ideias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo. Inepto para a apreensão estética da arte literária, limitou-a а seus aspectos sociológicos, no que, a bem da verdade, fez escola no Brasil. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. Sílvio Romero faleceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1914 (ABL, 2000, p 19).

As referências utilizadas por Silvio Romero, focavam no estudo das tradições, contos, cantigas e poesias coletadas junto a pessoas provenientes de grupos populares, separando-as de acordo com o que ele considera como as três raças formadoras do povo brasileiro.

A atenção de seus escritos era voltada para a construção de um caráter nacional, do que seria o brasileiro. Assim, as raças branca, negra e indígena formavam as características do povo miscigenado dos sujeitos, em suas obras. Entre as suas obras, a análise de "Contos Populares", articulada com a vida de seu autor, percebe-se o uso do folclore. Compreendido como conhecimento referente à cultura popular, possui claros tons políticos, dando atenção à identidade nacional.

Almeida (2004, p. 234) ao analisar a perspectiva de abordagem de Silvio Romero aponta que, utilizava o realismo como estratégia de leitura que teve como objetivo o encontro do sentimento de nacionalidade. "É desta perspectiva que vamos compreender a

atribuição de valor ao elemento local, a representação dos costumes, a reprodução literária fiel ao retrato vivido pelas pessoas de determinada nacionalidade. A nação, portanto, é o elemento a ser representado nesta nova escrita que se compromete com determinado "povo" de determinado "lugar ". (Almeida, 2004, p. 234)

Schneider (2005, p.15) afirma que o "autor se empenhou em narrar cientificamente o Brasil e, a partir desse a prol raciocinou sobre a história, a literatura, a cultura popular, as três raças fundadoras, a mestiçagem, a imigração

europeia e os ideais políticos. Imbuído de um compromisso vigorosamente nacionalista, Sílvio Romero cunhou o que poderíamos chamar de uma teoria do Brasil". (Schneider, 2005, p. 15)

Além disso, o processo de cultura tem, também, uma função formadora, em suas análises, pois "sem ideal e sem tradições é impossível formar-se um povo; sem poesia e sem história não pode haver literatura; poetas e historiadores são os sacerdotes ativos e oficiantes da alma de uma nacionalidade".

3.As monografias do prêmio Silvio Romero: em pauta o saber-fazer feminino e as manifestações da cultura popular

Embasados pela premissa de que a cultura popular e o folclore, projetamos a análise sobre as monografias que fizeram parte do prêmio Silvio Romero, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1960 a 2018. Na seleção que fizemos, optamos pelas monografias que foram classificadas e premiadas, cujos temas eram relacionados com a contribuição cultural de mulheres no folclore na cultura popular.

A abordagem sobre folclore intensificou-se no Brasil, a partir do VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em Salvador, em 1995. Nesse foi aprovada a releitura da Carta do Folclore em que o termo sofreu modificações, em consonância com a recomendação da UNESCO para a Salvaguarda do Folclore, definida na Reunião de Praga, em 1995.

Nesse sentido, após essa abordagem passouse a conceituar o termo folclore, como o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo da sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade.

Essa definição foi importante, pois ampliou as noções de preservação do patrimônio imaterial brasileiro. Com isso teve-se no Brasil alguns espaços de defesa do folclore da cultura popular, como a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, implementada por Édison Carneiro, que iniciou o mapeamento do acervo cultural popular nos estados. A partir dessas ações, inclui-se o patrimônio imaterial, fundamentado ainda mais com decreto 3.551 de 4/8/2000, que trata exclusivamente do registro dos bens imateriais.

Pode-se dizer que esses avanços contribuíram para a salvaguarda e a manutenção do folclore como cultura popular tradicional, bem como as demais manifestações da cultura popular. Ampliando as noções sobre as práticas de cultura popular tradicionais, perpassando desde as festividades costumeiras em distintas regiões e comunidades, seus hábitos até as suas formas de expressar como sujeitos

culturais étnicos, de gênero.

Segundo Ortiz (1994, p 32), o processo de valorização das culturas, ampara-se dimensão de enfrentamento ao colonialismo, permitir que os espaços e singularidade sejam valorizados em suas expressões culturais pertinentes às regiões brasileiras. A busca pela manutenção, pelas reinterpretações elaboradas e pelos seus intelectuais, apresenta as culturas populares tradicionais como expressões da "cultura brasileira".

Canclini (1998, p.160) afirma que devemos dialogar sobre a concepção de tradição, como (...) "algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo", passa a ser alvo de projetos políticos, visando a sua preservação, seu restauro ou resgate, e sua difusão como bem cultural.

Na análise proposta sobre as monografias premiadas e com mérito, realizamos um levantamento no site da Instituto do Patrimônio História e Artístico, pontuando as abordagens sobre cultura popular, folclore e mulheres. Para a fundamentação, descrevemos cada um dos selecionamos e discutindo os temas, as suas fundamentações sobre cultura. as abordagens no contexto histórico em que cada monografia foi produzida.

No ano de 1975, foram enviadas 06 monografias ao prêmio Silvio Romero, tendo sido selecionada e premiada a monografia de Carlos Rodrigues Brandão, com o título: "O divino, o santo e a senhora: estudo sobre a Festa do Divino Espírito Santo e o reinado de Nossa Sr.ª do Rosário e São Benedito, em Pirenópolis, Goiás"

No contexto histórico, o processo de escolha da monografia, vivíamos no Brasil, o período da Ditadura civil militar, trazendo alguns direcionamentos no campo da arte e cultura. Nesse período, entretanto, ainda estava sob influência do movimento folclórico brasileiro, a criação da SPHAN em 1979 deu-se por meio do Decreto nº. 84.198, de 13 de novembro, no qual foi determinado que "fica criada, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, como órgão central de direção superior, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, órgão autônomo instituído pelo Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970" (IPHAN, 2000, p. 09)

A SPHAN tem por finalidade inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais valor bens de histórico, artístico arqueológicos existente no País, bem como, tombar e proteger o acervo paisagístico do País (BRASIL, 1979, arts. 1 e 2).

No ano de 1987, foram 27 monografias inscritas, e a ganhadora foi Noemi Flores com a obra "Uma rua chamada intitulada Imaculada". Nesse período histórico pode-se dizer que havia uma influência importante das artes para as ações de cultura popular. Foram inseridas ações de ampliação do acervo documental do Instituto Nacional do Folclore. Ações envolvendo outras instituições em âmbito nacional integram geralmente tais projetos.

No relatório da Funarte (1987) destaca-se que foi firmado entre FUNARTE e a FINEP Financiadora de Estudos Projetos, um acordo que tinha como objetivos:

estudar inserção dos estudos de folclore no contexto da história política intelectual do país. Examinar significado das iniciativas relevantes nessa área de estudos. Analisar conexão desses estudos com desenvolvimento das ciências humanas sociais. Contribuir para um melhor posicionamento institucional diante das questões conceituais metodológicas pertinentes área de atuação do INF. Integrar os diversos núcleos do setor no processo de pesquisa. (Funarte, 1987, p 27)

Em 1996, com 37 monografias concorrendo, a 3ª menção honrosa foi concedida a Vital Pasquarelli Junior: "A história de Dona Doninha - vidente da Santa que apareceu no sítio do Tanque Novo". No ano de 1997, concorreram 37 monografias, com a 3ª menção honrosa a Vilson Caetano de Souza Júnior: "Usos e abusos das mulheres de saia e do povo do azeite – notas sobre a comida de orixá no terreiro de candomblé".

Já no ano de 1999, destacamos a 3ª menção honrosa, entre os 37 trabalhos concorrentes, com a premiação de Carla da Costa Dias, com o título: "A tradição nossa é essa, é fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras".

No processo de análise do período entre 1979 à 1990, percebe-se que as monografias escolhidas tinham consonância com o que estava sendo discutido, produzido, projetado pelas políticas públicas voltadas ao patrimônio e cultura popular. Temos que lembrar que as abordagens sobre folclore e cultura popular envolvem também as políticas públicas. E no período de 1979 a 1990, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) era conhecido pela sigla SPHAN/Pró-Memória. Ao longo desse período mudanças significativas ocorreram na trajetória das políticas públicas voltadas para a área cultural envolvendo a instituição federal de preservação do patrimônio cultural. Inclusive pautando as inserções de referências culturais, com o programa cidades históricas. O envolvimento das abordagens, concepções e ações culturais visava o reconhecimento da crescente importância que o campo cultural assumia no âmbito das políticas públicas. No período de 1979 até 1990, a instituição ficou conhecida sigla SPHAN/Pró-Memória. pela denominação seria abandonada em 1990 com o fim da Fundação Pró-Memória e a substituição da SPHAN pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), órgão criado no

contexto da extinção do MinC.

Em 2003, foram selecionadas 31 monografias inscritas, com **a** 2ª menção honrosa: Luciana Hartmann (Universidade Federal de Santa Catarina) - <u>Gestos, memórias e histórias dos contadores e contadoras de "causos" gaúchos</u>.

É importante ressaltar que nos anos 2000, houve por parte do IPHAN, a preocupação em aprofundar as ações de preservação com o Programa Brasil Patrimônio Cultural, em que se valorizou as ações com o cumprimento de metas vinculadas a 16 atividades-projetos entre elas: a ampliação de Acervos Culturais, ampliação e modernização de laboratórios de restauração e conservação. Podem ainda especificar-se a capacitação de Agentes Patrimoniais, a produção e distribuição de material sobre o Património Cultural, o tombamento de bens culturais, a concessão de Prêmio na área do Património Cultural, estudos e pesquisas sobre preservação do Património Cultural. Para a área relacionada com conservação e restauro de bens patrimoniais relacionadas com tarefas de identificação e inventário de bens culturais, de restauração de acervos culturais, de restauração de bens imóveis do Património Histórico, Artístico e Arqueológico, de preservação de acervo Cultural, de preservação de Bens Imóveis do Património Histórico, Artístico e Arqueológico, de registo de Bens Culturais Imateriais, inspeção técnica fiscalização de Bens tratamento Protegidos, técnico para salvaguarda de documentos, promoção e intercâmbio de eventos na área do Património. (IPHAN, Relatório, 2000, p.13).

Em 2009, foram inscritas 94 monografias, sendo escolhida como 1° lugar: Lucieni de Menezes Simão (Universidade Federal Fluminense) - A semântica do intangível: considerações sobre o registro do ofício de paneleira do Espírito Santo.

Pode-se dizer que as discussões sobre o patrimônio imaterial ou intangível passaram a



ser definidores das ações de preservação, projetos e salvaguarda. Tanto que, nos Livros de Registro, encontram-se inscritos 16 (dezesseis) bens patrimoniais de natureza imaterial:

A Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica dos índios Wajãpi, no Amapá; O Ofício das Paneleiras do Distrito de Goiabeiras, no estado do Espírito Santo; Samba de Roda no Recôncavo Baiano: O Círio de Nazaré, celebração religiosa de Belém do Pará; A Viola-de-Cocho, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; O Ofício da Baiana de Acarajé; O antiga manifestação Jongo, cultural de comunidades afrobrasileiras do Sudeste do país: A Cachoeira de lauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; Feira de Caruaru; (relatório IPHAN, 2009).

A partir das definições sobre o patrimônio imaterial ou intangível constata-se que foram sendo inseridas e preservadas as contribuições de diferentes grupos culturais, entre eles o fazer e saber das mulheres.

Em 2014, foram inscritas 54 monografias, em que houve a 3ª menção honrosa: Karla Leandro Rascke (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) - <u>Divertem-se então à sua maneira: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Florianópolis</u> (SC), 1888 a 1940.

Em relação aos bens patrimoniais tombados, no quadriênio 2011-2014 teve o Programa de aceleração do crescimento, com o PAC-Cidades históricas, o qual focalizava as ações de preservação do patrimônio edificado, destaca-se a execução de obras capazes de conferir maior vitalidade aos seus entornos socioculturais, assim como ações integradas com outras políticas.

4. Cultura popular, folclore e patrimônios em feminino

Ao analisar as monografias, procurou-se discutir a inserção das concepções que apontam para as ações e utilizações dos termos cultura popular, folclore e patrimônio através da figura feminina. Pois, percebe-se que ao longo dos anos, as monografias buscaram situar as contribuições culturais para as comunidades e também para o saber fazer feminino, como um dos potenciais difusores da cultura popular. O termo cultura popular, advêm de estudos desde fins do século XVIII, que se caracterizou pelas inúmeras e profundas transformações em todos os níveis da vida social da Europa. John Thoms propôs em Carta, publicada na "Revista The Atheneum", em 1848, o termo folk-lore ("saber tradicional do povo") para designar os estudos das então chamadas

"antiguidades populares".

No Brasil, a influência de estudiosos sobre a cultura popular e o folclore datam de fins do século XIX. Com a contribuição de Sílvio Romero, Couto de Magalhães e outros. Segundo (nome o autor) Matos (1994) Sílvio Romero contribuiu com seus estudos sobre o folclore e sua relação com a estrutura "regional" no Brasil da virada do século XIX/XX.

Além disso, entre os anos de 1947 e 1964, Silvio Romero atuou através da Comissão Nacional de Folclore e a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro, que representou naquele período a importância política deste tema no cenário nacional. Para Maria Laura Cavalcanti e Luís Vilhena (1990, p. 88): "o confronto entre a



"escola paulista de sociologia", representada por Florestan Fernandes, e os folcloristas da CNFL nos revela um debate entre dois modelos distintos da ciência, modelos esses que apontam para diferentes projetos de "modernização" para o Brasil".

Márcia Sant'Anna (2001, p.153) define que ao longo dos anos 1970 e princípio dos 1980, várias recomendações internacionais encaminharam noções mais dilatadas de patrimônio cultural. Ou seja, era preciso ampliar as ações para o patrimônio imaterial, espaços das 'criações anônimas surgidas da alma popular'.

Com a ampliação do sentido imaterial na noção de patrimônio, Gonçalves (2007, p. 111) observa que, "diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento de bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de "registrar" essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações".

Dessa forma, pode-se dizer que, cultura popular tradicional, em suas variadas formas de expressão, representa experiências vividas pelos grupos sociais onde se inserem seus sujeitos protagonistas. É no seu cotidiano que se imprime o movimento das tradições, a reafirmar sua historicidade como prática de objetivação de modo a constituírem uma comunidade de testemunho que partilham valores e modos de vida, historicamente situados.

Congregam em torno de si um conjunto de ações e relações sociais necessárias à reprodução dessas comunidades em seu modo de objetivar-se no mundo. A tradição, como mediação de um saber objetivado, se expressa como objeto cultural (material ou não material), e o seu sentido é atribuído em grande medida pelo contexto sócio histórico em que está incorporada. A tradição é uma categoria da práxis humana. Não há essências fora desse contexto de experiências históricas.

5. Considerações finais

Os saberes culturais femininos ampliam as noções de herança cultural, permitem uma análise dos elementos simbólicos, no qual as pessoas recorrem para construir suas próprias identidades e para se afirmarem como pertencente a um grupo. Logo, atrelar os aspectos culturais que são difundidos pela memória, permite compreender a dinâmica de cada grupo cultural, como as mulheres, que desenvolvem determinadas práticas, constroem suas relações de saber e poder, a partir de seus ofícios culturais e patrimoniais.

Os espaços de circulação dos saberes e os elementos que compõem a memória (individual e coletiva) relacionam-se aos episódios e as experiências, pois nem tudo de fato fica registrado, como defende Pollack através da

afirmação "preservar e divulgar os seus bens culturais" (1992, p 10. Assim, "a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros" (Pollack,1992, p.12).

Problematizar o patrimônio imaterial, segundo Gonçalves (2003, p. 23) é pensar "a categoria patrimônio, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas".

Ainda, seguindo essa concepção, é importante delimitar a representação das mulheres como parte do patrimônio imaterial. Costa (2003, p.

195) aponta que, "os estudos das mulheres, a história social e a dos feminismos, aproximados, serão, agora, os lugares principais de assentamento do conceito de gênero".

Sobre as práticas e expressões culturais delimitadas no âmbito do Patrimônio cultural imaterial, a inserção feminina ainda é rara. Na lista de bens patrimoniais pelo IPHAN, há uma descrição geral. Para essa análise, se destacaram apenas os seguintes bens brasileiros (IPHAN, 2001, p.32):

Arte Kusiwa dos Índios Wajāpi (técnica de pintura/ arte gráfica própria do grupo indígena que vive no Amapá); Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (mulheres que residem no bairro de Goiabeiras, em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo); Samba de Roda no Recôncavo Baiano (uma mistura de música, dança, poesia e festa aos orixás); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (celebração religiosa pelas ruas de Belém do Pará); Ofício das Baianas de Acarajé (que é tradicionalmente feito pelas

chamadas "baianas de tabuleiro"); o Jongo (dança de origem africana); o frevo e a feira de Caruaru de Pernambuco e a Violade-cocho (encontrada no Pantanal do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, confeccionada em um tronco de madeira inteiriço esculpido no formato de um cocho).

Há ainda um longo percurso histórico a trilhar, no que se refere ao saber e as práticas femininas como patrimônio cultural imaterial. Lendo os bens patrimoniais imateriais IPHAN, apresentados pelo reforca necessidade de manutenção/preservação dos saberes culturais. Pois, ao ser valorizado seu modo de viver, suas crenças, seus saberes, suas representações, formas de ser e de fazer, compreendidos em sua complexidade contribui para o entendimento da heterogeneidade da sociedade brasileira.

Mas, a criação e execução, ainda na atualidade, do prêmio Silvio Romero trazem as particularidades e as contribuições de diferentes grupos culturais, que exercem seus saberes e fazeres nos mais diversos espaços do Brasil.



- BRASIL, FUNARTE. Relatórios: 1987. Disponível em: http://portais.funarte.gov.br/relatorios. Acesso em 23-08-2020.
- BURKE, Peter. A Cultura popular na idade moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A descoberta da cultura na educação a cultura popular no Brasil dos anos 1960. In: A educação como cultura. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.
- CARVALHO, José Jorge de. O lugar da cultura na sociedade moderna. Seminário folclore e cultura popular. Série Encontros e Estudos 1, MINC-IBAC, p. 23-38, 1992
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro & VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras – Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- DUARTE, Newton. Formação do Indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. Cadernos Cedes. Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, abril, 2004.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropologia teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FÁVERO, Osmar (org.). Cultura popular e educação popular memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal. 1983.
- ERNANDES, Florestan, O folclore em questão, São Paulo: Hucitec, 1978,
- GONÇALVES. José Reginaldo Santos. *Patrimônio como categoria de Pensamento*. In: Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- ROMERO, Sílvio. Estudos sobre a poesia popular no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 256.
- ROMERO, História da literatura brasileira ... vol. II, p. 239
- VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Río de Janeiro: FGV. 1997)